

A CRECHE NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM RECORTE DE 1915-2015.

Ana Carine dos Santos de Sousa Paiva | carine_santos_sousa@yahoo.com.br

Ana Paula Azevedo Furtado | anapfurtado@yahoo.com.br

Uiliete Marcia Silva de Mendonça Pereira | etinharmon@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem apresentar de forma sucinta, porém esclarecedora, um quadro da história da construção da identidade das creches no contexto brasileiro, desde a revolução industrial no século XVIII até os dias atuais, perpassando por um momento de valiosas lutas, pelo direito da criança à creche, promovido pela sociedade civil como um todo, na década de 70.

Sabemos que após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) a Educação Infantil tem a cada ano, elevado o seu número de matrículas no que se refere à pré-escola e a creche. Esse aumento reforça a necessidade de estudos que envolvam as crianças de zero a cinco anos, assim como sobre a história de como essa etapa foi se construindo em nossa sociedade, para que assim, possa se pensar em políticas públicas que primem pela qualidade e não retornem a modelos de educação de crianças que desrespeitem esses sujeitos em sua integralidade.

Dados do Censo Escolar apresentam que de 2007 a 2013 o número de matrículas na Educação Infantil só evoluiu, principalmente, no âmbito da creche. Segundo dados do Ministério da Educação, em 2007, o Brasil realizou 1.579.581 matrículas na creche e, em 2013, esse quantitativo avançou para 2.730.119. Ou seja, um aumento expressivo, em seis anos, de 57% de crianças iniciando sua vida escolar em creches, o que requer um olhar criterioso para o funcionamento desses espaços de cuidados e educação de crianças. Mesmo sabendo que esse número de matrículas ainda é insuficiente, compreendemos que com esse avanço na oferta, também se faz necessário, “[...] pensar na qualidade da educação das crianças pequenas. Se há um número maior delas, certamente mais escolas e mais propostas coerentes com essa faixa etária são necessárias”. (BRAGAGNOLO, 2014, p. 5)

Hoje sabemos que a creche insere-se, de acordo com LDB (BRASIL, 1996), na primeira etapa da educação básica, contemplando crianças de 0 a 3 anos de idade, pertencendo a Educação Infantil. Mas até que a creche se tornasse legalizada neste documento, que caminhos foram percorridos por essas instituições? Que papel elas tinham? Que práticas eram priorizadas? Que público era atendido? Além disso, o que se pensa hoje de creche? Quais as concepções e práticas que rodeiam esse contexto educacional? Que perspectivas pode-se vislumbrar para a creche?

Esses questionamentos nortearam esta pesquisa, que tem o objetivo de apresentar criticamente a história das creches do Brasil, os avanços e desafios na trajetória dessa instituição, que desde que surgiu, merece discussões para se desenvolver com qualidade no que se refere ao atendimento das crianças.

Nesse intuito, esta pesquisa possui caráter teórico-bibliográfico, no qual nos embasamos em autores, como Kuhlmann Junior (1998), Oliveira (1998), Bujes (2001) entre outros, além de uma análise dos documentos que atualmente regem a Educação Infantil no Brasil.

Cabe salientar que não é nossa intenção apenas apresentar os dados revelados ao longo da história de constituição das creches, mas sim mostrar “que a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam mas a interação de tempos, influências e temas” que ocorreram em nossa sociedade. (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p.81)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. SITUANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRECHE NA LEGISLAÇÃO NACIONAL

Alguns contextos europeus de educação para as crianças pequenas, como na Itália, na Espanha e em Portugal, possuem experiências que valorizam tanto o papel do profissional de Educação Infantil, como colocam as crianças como centro do planejamento e das ações do professor que atua nestes níveis da educação básica. Tais contextos constituem-se como bons exemplos a serem estudados e refletidos por nós. Não para serem copiados para nossa realidade local, mas para serem ressignificados ao nosso contexto, respeitando as

peculiaridades históricas da Educação Infantil brasileira e das singularidades da criança e das infâncias existentes em nosso país.

A Educação Infantil, no âmbito internacional, nacional e local vem ganhando força, no que se refere, não só mais ao acesso da criança à creche e à pré-escola, mas quanto aos aspectos qualitativos. O movimento em favor desta qualidade teve maior impulso e respaldo a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1959, que, institucionalizou-se no Brasil com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, que traz

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Aproximadamente, neste mesmo período (década de 1970), a partir das lutas sociais de familiares das crianças, de estudantes e estudiosos que trabalham em favor da educação e do cuidado de crianças de filhos de trabalhadores, chegamos a uma educação para as crianças, em que imperava o assistencialismo, como relata Kuhlmann Júnior (1998, p.167):

Se a primeira característica da educação assistencialista é a virtude pedagógica atribuída ao ato de se retirar a criança da rua, o segundo aspecto dessa proposta educacional é que a baixa qualidade do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado;

Além desta segurança legal da CF, outro documento que colaborou para a discussão de hoje, sobre qualidade na Educação Infantil, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que assegurou outros direitos essenciais para a luta pelo cuidado e educação das crianças.

Mas foi com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que pudemos avançar no trabalho com crianças entre zero e três anos (creches) e quatro e cinco anos (pré-escolas).

Atualmente, o principal documento que regulamenta a Educação Infantil brasileira, no que se refere ao seu currículo e às ações pedagógicas dentro dos ambientes que atendem as crianças, é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), fixada pela resolução nº 5, de 17/12/2009. Respeitando e tendo este documento como força de lei, os

estados e municípios podem e devem elaborar suas Orientações, Currículos, Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Ação. Levando em consideração as peculiaridades regionais e da escola.

Compreendemos que mesmo tão equipados de documentos legais que garantem o direito à Educação Infantil, que prima pelo cuidar e educar das crianças, em ambientes e materiais adequados, com profissionais formados pelo menos com ensino médio normal (BRASIL, 1996), na prática, esta etapa da educação, ainda vem sendo fadada muito mais como discurso, do que efetivamente de qualidade (ZABALZA, 1998).

2.2. A HISTÓRIA DA CRECHE BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS CEM ANOS

Bujes (2001) aponta que as creches e pré-escolas, de forma geral, surgiram após as escolas (séculos XVI e XVII). Além disso, o aparecimento dessas instituições também esteve atrelado à mudança de concepção de criança e de infância ao longo da história.

Além desta autora, outros documentos e estudiosos corroboram da ideia de que as creches surgiram

a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas também por razões que se identificam com um conjunto de idéias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social. (BUJES, 2001, p. 15)

Oliveira (2001), afirma que as concepções, crenças e valores que permeiam a Educação Infantil hoje, são fruto de uma construção histórica que não estão relacionadas apenas a concepção de criança, mas também “ao papel do Estado, da sociedade e dos profissionais” (p.35) que participam desta etapa da educação básica.

Kuhlmann Júnior (1998) em seus estudos sobre a história da Educação Infantil, afirma que a creche para crianças entre zero a três anos de idade, surgiu como uma instituição que muito se parecia com as Casas de Expostos⁸³, como uma forma de “aperfeiçoamento” (p.83).

83 Instituição que recebia as crianças abandonadas, também chamadas de primeiras Santas Casas de Misericórdia. No Brasil as primeiras Santas Casas da América Portuguesa que receberam a roda dos expostos foram as de Salvador (1726) e a do Rio de Janeiro (1738). (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Roda_dos_expostos)

Segundo Oliveira (1988), até o início do século XX, a creche inexistia, pois as instituições que recebiam as crianças abandonadas, tinham como foco apenas o cuidado dos filhos originários de mulheres escravas ou indígenas, exploradas sexualmente, muitas vezes. Essas crianças, geralmente eram preparadas nessas instituições religiosas para serem futura mão de obra barata e submissa.

Ainda segundo a autora, é com a revolução industrial⁸⁴ que a creche ganha força na sociedade brasileira, entre as décadas de 1920 a 1950, eram poucas as creches que não estavam ligadas às indústrias, sendo filantrópicas laicas ou religiosas (em sua grande maioria).

Em todas essas creches, o atendimento ofertado às crianças reduzia-se ao “cunho assistencial-custodial. A preocupação era com alimentar, cuidar da higiene e da segurança física” (OLIVEIRA, 1988, p. 47). Não havia nenhuma intenção em se trabalhar aspectos como o desenvolvimento infantil, aspectos afetivos ou de educação integral da criança.

Kramer (2011), afirma que os estudos sobre a Educação Infantil no Brasil, devem reconhecer que o atendimento às crianças nasceu completamente dissociado da intenção de educar, de ter uma proposta curricular, o que muitas vezes, até hoje, colaborava para práticas de divisão entre cuidar e educação dentro das creches.

Nas décadas seguintes as grandes mudanças da revolução industrial, a partir dos anos 1970, a sociedade civil, religiosa e também acadêmica passou a solicitar políticas públicas que primassem pelo acesso da criança em um sistema de educação gratuito e também de qualidade, que até este período ainda eram consideradas assistenciais.

Oliveira (1988) aponta que as práticas assistencialistas nos anos 1940 a 1960, ocorreram através de discursos médicos de cuidado com a saúde dos pobres, principalmente das crianças. Nessa visão de atendimento das crianças, não existia preocupação com nenhum aspecto pedagógico e educacional, muito menos, em acreditar que essas crianças tinham algo de inteligência ou a dizer.

Nas décadas de 1980 e 1990, os discursos políticos permearam a problemática de como ofertar uma creche e pré-escola, que ultrapassassem a ideia de “favor” (OLIVEIRA, 1988, p. 50), de assistência aos pobres e de preparação para alfabetização. O que se pregou nesse período, principalmente, foi o acesso dessa criança, que ainda era por demais reduzido, segundo Kramer (2011), apenas 3,51% das crianças de zero a seis anos, em meados dos anos 1970, estavam sendo atendidas em creches e pré-escolas.

⁸⁴ Fase compreendida entre os anos de 1850 a 1956 no Brasil. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_industrializa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil).

As principais mudanças nestas décadas se deram através dos documentos legais: Constituição Federal (1988) e da LDB (1996), já apresentados anteriormente.

2.3 A ATUAL CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Atualmente a Educação Infantil enfrenta o desafio de ser compreendida pela sociedade e pelos próprios professores como um espaço-tempo com objetivos e peculiaridades distintas do Ensino Fundamental. Além disso, se faz necessário ter uma percepção de que a esta etapa da educação não cabe o papel de cursinho preparatório para a próxima etapa da educação. Esse pensamento, entra em desacordo com o que se estuda, pensa e se concebe por criança hoje, como nos confirma o Artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI):

As propostas pedagógicas da Educação infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Resolução nº 5, de 17/12/2009).

Compreendendo que a criança é sujeito histórico, percebe-se que a mesma produz cultura ao mesmo tempo em que é influenciada pela própria cultura na creche e na pré-escola, e, em todos os contextos por onde passa e se socializa.

Nesta perspectiva de criança e de Educação Infantil, espera-se do professor que atua com estas idades, em que é indissociável o ato de educar e cuidar de crianças, que ele seja o parceiro mais experiente das crianças na descoberta de novos conhecimentos e projetos de estudo, através do olhar atento ao que a ela expressa, ao que ela fala individualmente e coletivamente.

Assim, a creche hoje é considerada integrada ao sistema de ensino, primeira etapa da educação básica e um espaço de educação e cuidado de crianças de zero a três anos de idade. No Brasil, as creches atendem a partir de quatro meses de idade em alguns municípios, mas na maioria deles, o atendimento se inicia a partir de um ano de idade.

Além disso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (BRASIL, 2009), as creches, devem ter como eixos norteadores em suas práticas cotidianas as

interações e brincadeiras. Assim como, oferecer experiências ricas e potencializadoras do desenvolvimento infantil.

Diferentes documentos como *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009), *DCNEI* (BRASIL, 2009), *Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil* (BRASIL, 2006), *Critérios para um Atendimento em Creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (BRASIL, 2009), entre outros trazem como característica principal o foco no atendimento de qualidade, definidos através de estudos que colocam a criança como centro da ação docente e de tudo que é pensado nas instituições de creche e pré-escola.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, como pudemos analisar durante todo o estudo, as políticas de atendimento em creche surgiram principalmente, de um caráter extremamente assistencialista e preconceituoso, o que repercute até hoje em discussões sobre o papel dessas instituições e sobre as crianças que frequentam as creches.

Essas discussões se dão em relação à falta de piedade por parte das famílias em deixar seus filhos “abandonados” nas creches, numa visão embasada ainda nas casas religiosas que recebiam crianças abandonadas por suas mães, geralmente, negras ou indígenas.

Essa visão vai de encontro com as lutas e estudos que foram ocorrendo nas últimas décadas sobre a educação de crianças pequenas, e, que a partir da LDB (BRASIL, 1996), passaram a compor a educação básica brasileira. Essa composição no sistema de educação para a creche foi crucial, pois trouxe diversas políticas e responsabilidade para o Estado e os municípios, que passaram a ser responsáveis pela oferta e qualidade no atendimento de crianças até cinco anos de idade.

Porém, apesar de conquistas significativas para a Educação Infantil, em que se insere a creche, muito ainda se tem a caminhar em relação à qualidade nesse atendimento, assim como romper com práticas que permearam esses espaços durante muitos anos, como a desarticulação entre cuidar e educar, a desvalorização dos profissionais que atuam com crianças de zero a três anos, a organização de espaços, materiais e equipamentos adequados para esse público, e outros desafios latentes e cotidianos.

Tais desafios revelam a “invisibilidade” das crianças de creche, que segundo Barbosa (2010), ainda não ocupam espaço na maioria das propostas pedagógicas dos municípios brasileiros. Sendo assim, vale refletir a partir das indagações da autora, numa perspectiva de uma história que considere o atendimento em creches no nosso país.

Como propor um currículo para crianças bem pequenas? Quais são as funções específicas de uma escola que atende bebês e crianças bem pequenas? Quais as estratégias consideradas adequadas ao trabalho pedagógico com crianças pequenas? Quais possibilidades de conhecimento podem ser desencadeadas e promovidas na creche?

É através da promoção de amplos debates sobre tais indagações que poderemos prosseguir na efetivação de avanços nessa etapa da educação básica. Avanços esses que resultem em valorização para os profissionais que atuam na educação infantil, assim como na efetivação da qualidade de estruturas físicas e de materiais.

Com isso esperamos que “todo um imaginário social sobre a educação da criança pequena, historicamente construído” seja “com isso, abalado, e uma nova trajetória de trabalho coletivo” continue a se construir em nosso país. (OLIVEIRA, 2011, p.82)

Acreditamos que refletir sobre a história da constituição das instituições de creche pode nos conduzir a não repetir os mesmos erros, além de facilitar a compreensão da atual situação na qual se encontram as instituições que atendem as crianças pequenas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. C. S. **Os resultados da avaliação de propostas curriculares para a educação infantil dos municípios brasileiros.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Carine/Downloads/1.1_artigo_mec_proposta_curricular_maria_carmem_seb.pdf. Acesso em: 12/08/2015.

BRAGAGNOLO, Adriana. **Linguagem verbal e interação com as crianças de zero a três anos:** as pesquisas da região sul. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/01/2015.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais da criança.** 6ª edição. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Parecer 20/09 e Resolução 05/09. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BUJES, M. I. E. Escolas Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, C. & KAERCHER, G. E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

KRAMER, S. Formação de profissionais na educação infantil: questões e tensões. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. MACHADO, M. L. de A. (org.) São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, S. M. L. A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. MACHADO, M. L. de A. (org.) São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. **A Creche no Brasil: mapeando uma trajetória**. Revista Faculdade de Educação, volume 14, págs. 43-52, jan/jun. São Paulo: 1988.

_____. Creches no sistema de ensino. In: **Encontros e desencontros em educação infantil**. MACHADO, M. L. de A. (org.) São Paulo: Cortez, 2011.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.